



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,**  
**CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO (FEAACS)**  
**DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**RENATA LIMA BESERRA**

**DESEMPENHO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA:**  
**UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DA BASE EXPORTADORA**

**FORTALEZA**

**2015**

RENATA LIMA BESERRA

DESEMPENHO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DA BASE EXPORTADORA

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: 30 / 06 / 2015

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof. Dr. Júlio Ramon Teles da Ponte  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof. Dr. Fábio Maia Sobral  
Universidade Federal do Ceará - UFC

CIP - Catalogação na Publicação

BESERRA, RENATA LIMA.

DESEMPENHO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DA BASE EXPORTADORA / RENATA LIMA

BESERRA. -- 2015.

40 f.

Orientador: Carlos Américo Leite Moreira. Trabalho de

conclusão de curso (Graduação) --

Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, CE, 2015.

1. Teoria da Base Exportadora. 2. Indústria de Transformação. 3. Preços das Commodities. 4. Reprimarização das Exportações. I. Carlos Américo Leite Moreira, Carlos, orient. II. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por me manter firme cada segundo da minha caminhada e por me permitir concluir este curso e a Maria por interceder por mim.

Aos meus pais, Antônio e Marly, e ao meu irmão, Lucas, devo minha vida e minha eterna gratidão pelo imensurável apoio e carinho que me fizeram prosseguir. Minha razão de seguir adiante.

À minha melhor amiga, Ana Roberta, sem a qual não teria sido possível chegar até aqui como cheguei, completamente transformada. Você é meu anjo, Tinha.

Ao meu esposo, André, por toda paciência quando nem eu me suportava e por tamanho companheirismo e amor que sempre me foram suficientes. Amo você.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Américo, pelo tempo e conhecimento disponibilizados, tornando possível a conclusão deste trabalho.

À Mayara, por sua inteira capacidade de tirar o melhor de cada situação, à Cecília, por sua autenticidade e simpatia que tanto me alegraram, ao Janilson, que se tornou essencial em todos os momentos. Vocês são minha alegria.

À tia Berta e Dona Ana Lúcia, que sempre me apoiaram e acompanharam esta jornada, minha eterna gratidão.

Aos professores que me incentivaram a continuar por seus exemplos de comprometimento e dedicação.

A todos os familiares, amigos e colegas de curso que de alguma forma, contribuíram durante esta trajetória.

## RESUMO

Este trabalho analisa a construção da Teoria da Base Exportadora, identificando a influência das exportações para o crescimento econômico de um país em geral e do Brasil, em particular. Verificou-se que a ampliação das exportações desencadeia efeitos capazes de acelerar o desenvolvimento da indústria de transformação do país, estimulando o aumento da produtividade interna e a sua competitividade no mercado internacional. No caso brasileiro, no entanto, sendo o país abundante em recursos naturais e considerando o comportamento dos preços internacionais das *commodities* agrícolas, verifica-se uma clara tendência a reprimarização da pauta exportadora, contrariando os preceitos da teoria estudada. Para tal, foi analisada a evolução da teoria da base exportadora e quais das suas características resultam em crescimento acelerado do país. Estando o modelo explícito, procurou-se compreender as etapas a que cada estratégia de crescimento econômico brasileiro foi exposta, bem como sua trajetória e resultados alcançados por cada uma delas. Posteriormente, verificou-se em que se caracterizava a estrutura produtiva do país e o seu desempenho no setor exportador para finalizar com a análise do comportamento dos preços das *commodities* agrícolas e sua influência na balança comercial brasileira. Por fim, observa-se que a elevada participação dos bens primários nas exportações em detrimento dos bens manufaturados está diretamente relacionado ao aumento dos preços mundiais das *commodities*, por esta razão não se deve afirmar que o país está sendo vítima de uma reprimarização das exportações, o que se pode afirmar, no entanto é que há uma nítida tendência a esse processo.

**Palavras-chave:** Teoria da Base Exportadora. Indústria de Transformação. Preços das *Commodities*. Reprimarização das Exportações.

## RESUMEN

Este trabajo analiza la construcción de la Teoría de la Base Exportadora, identificando el influjo de las exportaciones para el crecimiento económico de cualquier país y de Brasil, en particular. Se ha constatado que la expansión de las exportaciones provoca efectos capaces de acelerar el desarrollo de la industria manufacturera del país, estimulando el aumento de la productividad nacional y su competitividad en el mercado internacional. Sin embargo, en Brasil, país abundante en recursos naturales, se debe tener en cuenta el comportamiento de los precios internacionales de los productos agrícolas, ya que hay una clara tendencia a la reprimarización de la canasta exportadora, contrario a los preceptos de la teoría estudiada. Para ello, se analizó la evolución de la teoría de la base exportadora y cuáles de sus características resultan en un crecimiento brasileño acelerado. Una vez el modelo explícito, se ha tratado de entender los pasos que cada estrategia de crecimiento económico de Brasil fue expuesta, así como su trayectoria y los resultados obtenidos por cada uno de ellos. Más tarde, se ha comprobado lo que caracterizaba la estructura productiva del país y su desempeño en el sector exportador para terminar con el análisis de comportamiento de los precios de los productos agrícolas y su influjo en la balanza comercial de Brasil.

Por último, se observa que la alta participación de las exportaciones de bienes primarios, en detrimento de los bienes manufacturados, está directamente relacionada con el alza de los precios mundiales de productos básicos, por lo tanto no hay que afirmar que el país es víctima de una reprimarización de las exportaciones, lo que puede decirse, sin embargo, es que hay una tendencia clara en este proceso.

**Palabras-clave:** Teoría de la Base Exportadora. Industria de Transformación. Precios de productos básicos. Reprimarización de las Exportaciones.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Exportação brasileira por tipo de produto, distribuição percentual (1940 – 1999) .....	17
Gráfico 2 - Indicadores de Industrialização (1929-2010) .....	24
Gráfico 3 - Saldo da balança comercial brasileira em milhões (1996-2014) ....	25
Gráfico 4 - Índices de Preços Internacionais das <i>Commodities</i> - Geral (1980 - 2012) .....	32
Gráfico 5 - Taxa de desocupação para os trimestres móveis em % .....	35

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da participação do Brasil no Valor Adicionado Mundial Total e por Atividade (%) .....	22
Tabela 2 - Distribuição Percentual do PIB (1929-2010) .....	23
Tabela 3 - Exportações, importações e saldo da balança comercial brasileira em US\$ milhões (1996-2014) .....	26
Tabela 4 - Exportação segundo fator agregado. Indicadores: 2000 - 2014 (Distribuição percentual) .....	28



## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
2	<b>TEORIA DA BASE EXPORTADORA</b> .....	10
2.1	Contribuições Históricas do Modelo.....	10
2.2	Fundamentação da Teoria da Base Exportadora .....	11
2.3	Testes Matemáticos sobre o Conceito de Base.....	13
3	<b>REGRESSÃO INDUSTRIAL EM MEIO AS REFORMAS LIBERALIZANTES</b> .....	16
3.1	Produção Industrial e Desenvolvimento Econômico .....	16
3.2	Evolução Histórica da Indústria Brasileira:.....	16
3.3	Perda de participação da produção industrial brasileira no Produto Interno Bruto (PIB) .....	21
4	<b>REGRESSÃO INDUSTRIAL E REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS</b> .....	24
4.1	Desempenho do Setor Exportador.....	24
4.2	Comportamento dos preços e reprimarização .....	31
4.3	Os impactos da desindustrialização na taxa de emprego.....	33
5	<b>METODOLOGIA</b> .....	36
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	37
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	39

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o desempenho da indústria manufatureira no Brasil como forma de contribuir para o seu crescimento econômico. O comportamento da indústria brasileira será estudado a partir da ótica contextualizada pela Teoria da Base Exportadora, em que é utilizado o modelo de expansão das exportações como estratégia para estimular o mercado interno a elevar a produção, desenvolver a indústria, gerando economias de escala e, por consequência, o emprego e a renda.

Como os produtos da indústria de transformação possuem maior valor agregado se comparados aos bens primários, o crescimento de países que utilizam essa estratégia voltada para as exportações de bens manufaturados é iminente, principalmente entre os países em desenvolvimento onde a presença de recursos naturais é marcante. Desse modo, será feito um breve estudo investigativo a fim de identificar se, aplicada essa expansão das exportações no Brasil, serão promovidos os resultados esperados para se chegar a uma economia desenvolvida, como foi o caso de outros países.

Para tal, o presente estudo é composto por três capítulos, além da introdução, que tem como principal objetivo identificar se o Brasil conseguiu alcançar esses resultados preconizados pela Teoria da Base Exportadora. O primeiro capítulo do estudo pretende expor conceitos teóricos acerca desta teoria, bem como os resultados que devem ser atingidos por ela. Na segunda sessão, serão analisados dados comparativos entre anos de estudo do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), entre outros, para observar a trajetória da indústria manufatureira, seguida pela última sessão onde será identificado o comportamento da economia brasileira durante os períodos anteriores e posteriores a abertura comercial e quais foram os resultados para o país. Na sequência, tem-se a análise dos resultados com a metodologia, concluindo com as considerações finais.

## 2 TEORIA DA BASE EXPORTADORA

### 2.1 Contribuições Históricas do Modelo

Os primeiros estudos acerca do Modelo da Base Exportadora ganharam força no século XX, ao destacar a exportação como fator determinante para o crescimento econômico de uma região. Muitos estudiosos, como August Losch (1938), por exemplo, defendiam a ideia de que o desenvolvimento acontecia a partir de uma sequência dividida em etapas, ou seja, determinado país ou região, fundamentalmente agrícola, percorreria alguns “estágios” até chegar a uma economia de serviços, seguindo, para isso, quatro fases: 1ª economia de subsistência; 2ª desenvolvimento do comércio local; 3ª comércio inter-regional, industrializado; 4ª comércio internacional, exportação.

No entanto, em 1955, o economista Douglas North escreveu em seu artigo, *“Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional”*, que não é obrigatoriamente necessário passar por essas etapas para atingir o desenvolvimento da região. Quando North estuda o desenvolvimento de certas localidades americanas e canadenses, ele percebe que “algumas regiões tiveram o seu impulso para o crescimento a partir de exportações lucrativas de seus recursos naturais, sem nunca terem passado pelo estágio de economia de subsistência”.

Diante desta afirmativa, North constrói sua teoria embasada na exploração dos recursos naturais das chamadas “regiões novas” que possibilitem as exportações. Segundo ele, o crescimento de uma região “está intimamente vinculado ao sucesso de suas exportações e pode ter lugar, ou como um resultado da posição melhorada das exportações existentes relativamente às áreas competidoras, ou como resultado do desenvolvimento de novas exportações”.

Para Souza (1980), o desenvolvimento das exportações gera um efeito multiplicador diante dos outros setores, distribuindo renda entre a população. No entanto, a base de exportação não deve ser o único objetivo de uma região, pois apesar de ser o elemento inicial, não é a única fonte de desenvolvimento e, nesse sentido, não é aconselhável que a região torne-se dependente de apenas um produto exportável. É, portanto, de fundamental importância apostar na diversificação da pauta exportadora capaz de sobreviver ao declínio da demanda externa e à defasagem de um recurso natural, no longo prazo.

Ainda em seu artigo, North afirma que a transformação de uma base agrícola para uma base industrial não é obrigatoriamente desejável, já que as exportações de bens primários também permitem o crescimento da população e da renda per capita da região, além disso,

“uma grande quantidade de indústria secundária (e terciária) se desenvolverá automaticamente, seja por causa das vantagens locacionais da indústria orientada para as matérias-primas, seja como um reflexo passivo do crescimento da renda da região, resultante do sucesso de seus produtos de exportação” (NORTH, 1955, p. 308).

Para Souza (1980), “as exportações tornam-se cada vez mais importantes para financiar as importações, que se tornam necessárias à satisfação da demanda interna e para o insumo do próprio setor exportador”. Nesse sentido, as exportações só deixam de ser a variável mais significativa para justificar o nível de crescimento de renda das regiões no momento em que elas passam a ser mais desenvolvidas.

De acordo com os estudos apresentados pelo economista Schwartzman em seu artigo “*A Teoria da Base Exportadora e o Desenvolvimento Regional*” (1975), o desenvolvimento econômico se dá por meio do crescimento de variáveis como a renda e o PIB, por exemplo, e, para que elas sejam alcançadas, as exportações são consideradas o fator que impulsiona esse desenvolvimento.

Schwartzman ratifica que as contribuições de North influenciaram a evolução da Teoria da Base Exportadora, mas expõe sua insatisfação no que se refere a sua argumentação que não foi exposta a partir de gráficos ou modelos matemáticos que as detalhava, mas reduzindo-se a apenas “termos verbais”.

Em suma, esses e outros economistas em muito beneficiaram com os seus estudos e suposições a formação e consolidação da teoria que, como dito anteriormente, é favorável à promoção do crescimento econômico de um país ou região a partir de recursos diversificados, capazes de desenvolver novas atividades que consigam suprir as necessidades do mercado interno e atender à demanda externa.

## 2.2 Fundamentação da Teoria da Base Exportadora

O comércio exterior é um elemento fundamental para representar o desenvolvimento econômico de um país, destacado pela Teoria da Base Econômica e pela Teoria da Base Exportadora. A primeira verifica o efeito das atividades

básicas, voltadas ao mercado externo, e não básicas, referentes ao suprimento do mercado local. Já a segunda, como defende Souza (1997), a ideia é que o crescimento das exportações gera efeitos de multiplicação e de aceleração no setor de mercado interno, não exportador, a partir do efeito-renda e dos efeitos de encadeamentos para trás e para frente no processo produtivo, criando demanda por serviços, como transportes, comunicações e financiamentos.

Os efeitos de encadeamentos causados pelo rápido crescimento na economia correspondem aos impactos que as diferentes atividades exercem sobre as demais, diante de um aumento na produção. Estes podem ocorrer “para trás”, durante o processo produtivo; verticalmente, através das compras; “para frente”, no sentido horizontal, por meio das vendas dos insumos.

Diante disso, os países que se voltaram para o mercado externo, como é o caso dos Estados Unidos e do Canadá, conquistaram o seu desenvolvimento econômico de modo mais acelerado.

“Nos Estados Unidos, as regiões que inicialmente exportavam grãos, carnes e madeira, em seguida, desenvolveram uma atividade industrial de mercado interno, em função da agricultura, que logo se transformou em atividade industrial exportadora”. (NORTH, 1977, p. 291-313).

Nessas condições, a expansão das exportações de um país promove a elevação da demanda de insumos domésticos, e, para que esta seja suprida, torna-se necessário a criação de atividades secundárias de processamento que resulta no crescimento do emprego e renda, bem como no aumento do consumo interno. Esse crescimento repercute na geração de economias de escala, reduzindo os custos médios, além de aumentar os lucros e investimentos (SOUZA, 1997).

Para que esses chamados efeitos multiplicadores das exportações sobre o mercado interno aconteçam, Souza (1997) afirma haver necessidade

“da existência de capacidade ociosa na economia, do estoque de mão de obra, da disponibilidade de capacitação empresarial, da dotação de infraestruturas de transporte e do envolvimento de insumo-produto de exportações com o setor de mercado interno” (SOUZA, 1997, p. 355).

O modelo de expansão das exportações é, portanto, uma estratégia voltada para fora, utilizada por diversos países desenvolvidos, que permite a abertura comercial do país a fim de aumentar a competitividade interna, expandir o nível de emprego e elevar a produtividade da economia. Isso não significa que a substituição de importações não seja também utilizada em setores específicos,

como comprova a economia da Coréia do Sul que, nos anos de 1960, iniciou a estratégia de inserção das exportações, mas no que diz respeito ao setor agrícola, manteve a sua autossuficiência interna, principalmente dos cereais.

Este é conhecido como modelo híbrido de crescimento, uma vez que consegue relacionar as vantagens de aprendizagem tecnológica, geração de divisas e expansão da demanda por uma produção crescente, apresentando-se como uma alternativa mais racional, de acordo com Souza (1997).

Ao aderir à estratégia de expansão das exportações, o país busca se especializar na geração de seus produtos, ao melhorar a produtividade interna de tal modo que o possibilite de competir com outros mercados. Para isso, há um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis através da “subutilização interna de recursos, como terra, mão de obra, recursos naturais, o que permite o aumento das exportações no curto prazo, sem reduzir a oferta para o mercado interno”. (SOUZA, 1997). Além disso, as exportações representam uma possibilidade de comercializar os produtos que não foram vendidos, devido à saturação da demanda interna.

Com base na Teoria da Base Exportadora, diante de tantas vantagens a cerca da inserção das exportações na economia de diversos países, segundo os estudiosos citados, faz-se necessário observar que esse dinamismo no crescimento acelerado da economia resulta no crescimento das importações de máquinas, matérias primas e equipamentos capazes de gerar produtos manufaturados que atendam a demanda externa. Essa relação entre importação e exportação exige um cuidado particular no que se refere ao balanço de pagamentos, já que se as importações de insumos crescerem mais do que proporcionalmente as exportações, então sucessivos déficits podem ser gerados no balanço de pagamentos. Há, portanto, a necessidade de manter uma base exportadora diversificada que possua elevada competitividade externa a fim de evitar essa interdependência.

### 2.3 Testes Matemáticos sobre o Conceito de Base

A despeito dos fluxos monetários que se movimentam entre as empresas e as regiões, segundo Silva (2004a), é importante ressaltar o destino desses fluxos, avaliando o efeito que eles vão provocar na região. Assim, cada valor monetário que integrar a economia de uma região, a partir de uma atividade de base exportadora, influenciará outras atividades. Este é o chamado efeito multiplicador que ocorre

apenas quando as atividades de base conseguem conservar seus benefícios econômicos na região.

Matematicamente, Souza nos apresenta este conceito da seguinte forma:

$$P = B + N \quad (1)$$

Onde:

P é o nível global da atividade regional;

B é a base econômica (ou as exportações no caso de uma pequena região);

N são as atividades de mercado interno.

Sabendo que as atividades locais são dependentes do produto regional, enquanto a base econômica é autônoma, então sabendo que o intercepto é nulo, tem-se:

$$N = b.P \quad (2)$$

$$B = \text{constante.} \quad (3)$$

Onde:

*b* é a propensão média da região a consumir seu próprio produto.

Caso o intercepto *linear* da função N seja nulo, como está indicado em (2), a propensão média *b* será *igual* à propensão marginal. Uma vez que P é função de B, pelo próprio conceito de base econômica, pode-se transformar as equações (1) e (2) como segue:

$$P = B + N$$

$$P = B + bP$$

$$P - bP = B$$

$$P (1 - b) = B$$

Chegando-se finalmente que:

$$P = [1/(1-b)].B \quad (4)$$

A equação (4) indica que, todas as vezes que variar a base econômica B, a atividade total P será aumentada dessa variação multiplicada por  $(1/1-b)$ , o multiplicador das atividades totais da região. Quanto maior for esse multiplicador, mais a região será sensível a uma variação em sua base econômica e mais dependente estará da conjuntura nacional e internacional.

Logo, o valor do multiplicador depende da magnitude da propensão marginal da região a absorver o seu próprio produto ( $b$ ). Quanto maior for essa propensão, maiores serão os efeitos da base econômica sobre as atividades totais da área.

Considera-se, normalmente, que a propensão  $b$  seja constante no tempo.

Entretanto, ela pode modificar-se, devido a alterações na composição da demanda interna, distribuição de renda, ou modificações na estrutura da produção, que alterem os hábitos internos de consumo.

As atividades locais  $N$  podem, então, serem calculadas:

$$N = bP$$

$$N = b(1/1-b).B$$

$$N = [b/(1-b)].B \quad (5)$$

O multiplicador das atividades locais, resultante de uma variação na base econômica, é  $b/1-b$ . São esses efeitos sobre as atividades locais que constituem o problema central da política regional e o fundamento da teoria da base econômica. Portanto, se a base exportadora não for capaz de dinamizar as atividades domésticas, então ela não constituirá o motor do crescimento regional.

Diante das exposições realizadas, os autores afirmam que o modelo de desenvolvimento econômico a partir da expansão das exportações influencia na elevação do progresso tecnológico, aumentando assim a produtividade e a eficiência do país, gerando efeitos de aceleração e multiplicação no mercado interno, resultando no crescimento econômico acelerado do país.



### 3 REGRESSÃO INDUSTRIAL EM MEIO AS REFORMAS LIBERALIZANTES

#### 3.1 Produção Industrial e Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento econômico é definido, segundo Sandroni (2002), como o crescimento de um país acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia. Segundo ele, até a Segunda Guerra Mundial, havia uma intensa desigualdade econômica e social entre os países que se industrializavam, alcançando altos níveis de bem estar material, e os que não atingiram a industrialização, mantendo elevados os níveis de pobreza.

As economias onde são predominantes os setores intensivos em mão de obra e recursos naturais para obter renda com as exportações sofrem significativa vulnerabilidade por serem subordinadas ao comportamento da demanda externa. A partir da Segunda Guerra Mundial,

“fortaleceu-se a ideia de desenvolvimento, um processo de transformação estrutural com o objetivo de superar o atraso histórico em que se encontravam esses países e alcançar, no prazo mais curto possível, o nível de bem estar dos países considerados desenvolvidos” (SANDRONI, 2002, p.169).

A superação desse atraso estaria, portanto, associada ao aumento da produção industrial em relação à atividade agrícola, para que assim, o país tivesse condições de reduzir as importações de produtos industrializados e diversificar a sua indústria local. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento da economia de um país depende de uma estrutura de produção direcionada as atividades intensivas em tecnologia, beneficiando a sua competitividade externa e promovendo uma produção diversificada e equilibrada.

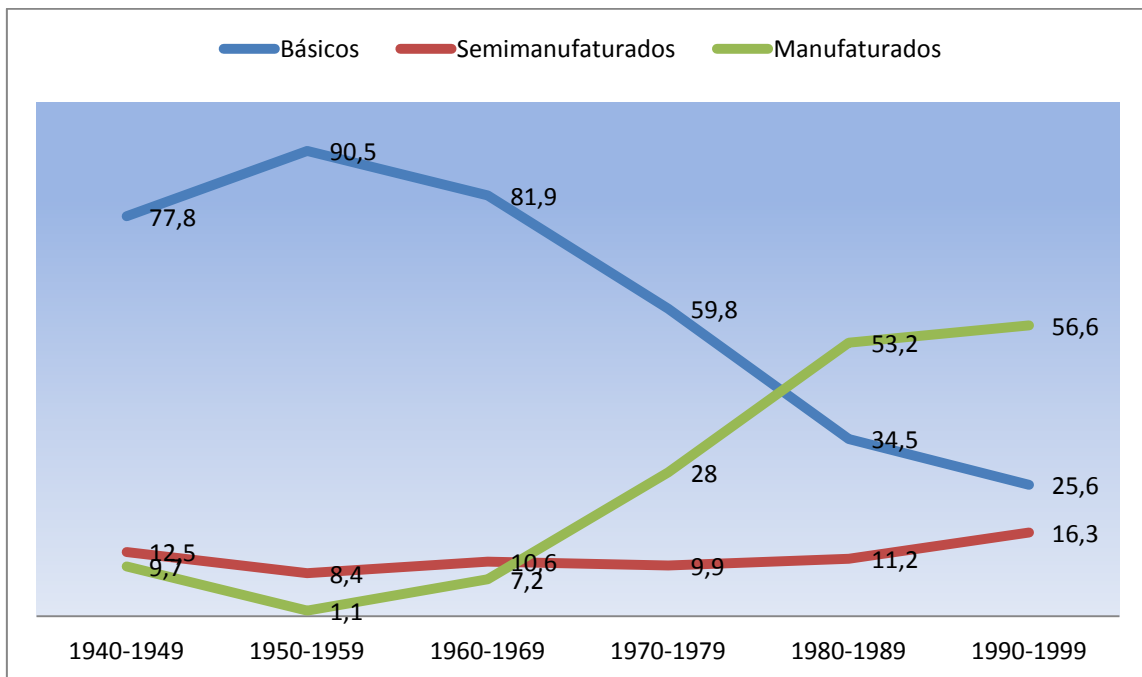
#### 3.2 Evolução Histórica da Indústria Brasileira:

No Brasil, o processo de industrialização teve início a partir da especialização de produtos primários por meio da utilização de suas vantagens comparativas visando, dessa forma, promover o surgimento da indústria manufatureira e proporcionar o crescimento do país, uma vez que é por meio do seu desenvolvimento que surgem os avanços tecnológicos.

Até 1929, quando houve a Grande Depressão, a economia brasileira era marcada pela mão de obra trabalho-intensiva e por uma produção essencialmente agroexportadora, tendo como foco principal a exportação de café. Foi a partir da década de 1930 que a economia brasileira foi marcada pela transição da economia agroexportadora para a industrial (SUZIGAN, 2000).

Nesse período, o país deixou de concentrar a sua produção na agropecuária destinada ao mercado externo, passando a investir em uma economia industrial. Foi, então, necessário realocar a mão de obra, antes utilizada em atividades agropecuárias de reduzida produtividade, para desenvolver e promover o crescimento da indústria manufatureira, influenciando a expansão dos investimentos e buscando promover a elevação na renda dos trabalhadores. Os efeitos dessas ações impactaram no aumento da demanda dos bens de produção e de máquinas e equipamentos, gerando a expansão do mercado interno referente aos produtos manufaturados, bem como economias de escala, reduzindo, assim, os custos unitários de produção de maneira significativa.

**GRÁFICO 1 - Exportação brasileira por tipo de produto, distribuição percentual (1940 – 1999)**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Nota: o somatório das parcelas não é igual a 100 devido às Operações Especiais.

Diante desse ciclo, o Brasil experimentou uma mudança estrutural que persistiu por cinco séculos. Iniciava-se, assim, o processo de industrialização pela substituição de importações, em que a indústria de transformação produzia bens antes importados pela produção nacional.

“A participação da indústria de transformação no PIB aumentou de 12%, em 1929-1930, para 26%, em 1979-1980. O notável processo de industrialização no período 1930-1980 é evidenciado por diferentes indicadores. Melhor indicador do que o aumento da participação da indústria de transformação no PIB (que mais do que duplica entre 1930 e 1980) é o notável aumento da razão entre o PIB da indústria de transformação e o PIB da agropecuária, que saltou de 0,6, em 1929-1930, para 5,0, em 1979-1980” (GONÇALVES, 2013, p.34).

Tal mudança estrutural proporcionou altas taxas de desenvolvimento, sendo as inovações tecnológicas fortalecidas, a fim de reduzir a vulnerabilidade causada pela dependência das exportações de *commodities*. Desse modo, ao passo que as indústrias predominantes em recursos naturais e mão de obra perdiam força no valor de sua produção industrial, aquelas intensivas em tecnologia e economias de escala ganhavam participação de forma uniforme e acelerada, como foi o caso das indústrias de transporte e química, por exemplo.

O uso dessa estratégia aumentou a competitividade, modernizou diversos ramos da economia industrial, gerou o aparecimento de um mercado interno de maior proporção, promoveu um elevado crescimento do emprego, além de ter aumentado consideravelmente a produtividade brasileira graças aos impactos causados pela inserção dos processos tecnológicos na indústria.

No entanto, segundo Souza (1997), enquanto as necessidades de importações crescem rapidamente, as exportações agrícolas não aumentam na mesma proporção. Nessa época, Raul Prebisch (1964) defendeu a expansão das exportações nos países em desenvolvimento, como o Brasil.

“Daí só agora começamos a compreender sua significação e reconhecer a necessidade vital de incentivar as exportações industriais dos países periféricos, principalmente daqueles que ultrapassaram a primeira fase do processo de industrialização” (PREBISCH, 1964, p.15).

Para Gonçalves (2013), não foi utilizada a estratégia mais adequada para que o processo de substituição de importações conseguisse reduzir a vulnerabilidade produtiva, uma vez que uma parte significativa do ajuste estrutural brasileiro foi financiada com recursos externos e a redução da vulnerabilidade externa comercial

e tecnológica foi substituída pela elevação expressiva da vulnerabilidade externa estrutural financeira.

“O endividamento externo tornou-se crítico e transformou-se na principal restrição ao desenvolvimento econômico do país, em função da elevação do preço do petróleo e das taxas de juros internacionais em 1979; contração dos fluxos internacionais de capitais; fraco desempenho da economia mundial no período 1980-1983; a moratória do México e a eclosão da crise da dívida externa em 1982” (GONÇALVES, 2013, p.47).

Segundo Carneiro (2002, p.125), a dívida externa total do Brasil aumentou de US\$ 56 bilhões, em 1979, para US\$ 85 bilhões, em 1982. A forte expansão da dívida externa culminou com um cenário de estagflação na economia brasileira na década de oitenta, marcado por alta concentração de renda e incapacidade de estado em realizar investimentos na área social e de infraestrutura. Ademais, a grave crise externa engendrou uma redução da participação da indústria manufatureira no PIB, sem contar com a intensa instabilidade econômica e com as expressivas pressões internacionais.

Na visão ortodoxa, a solução para a crise exigia a implementação de políticas de estabilização monetária, que colocasse completamente em cheque a lógica industrializante baseada no modelo de substituição de importações. Com o abandono das políticas de industrialização, o Brasil torna-se para os investidores institucionais e empresas estrangeiras mero mercado emergente garantidor de rentabilidades expressivas para seus investimentos em determinados contextos.

Dois fatores principais foram cruciais para a inserção ativa da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira. Por um lado, os processos de abertura comercial e financeira, bem como o êxito da política de estabilização monetária, garantiram um ambiente favorável à retomada do influxo de capital. Por outro lado, as reformas ocorridas no setor financeiro, com a abertura do mercado brasileiro de títulos privados e públicos permitiram, juntamente com os fatores anteriormente mencionados, o ingresso ativo do país no processo de financeirização (Moreira e Sherer, 2002).

Portanto, para que o padrão de comércio fosse retomado, foram realizadas reformas liberalizantes a fim de reduzir as barreiras à entrada e saída de capital externo, antes dotado de forte protecionismo, e reduzir as restrições aos investidores estrangeiros (GONÇALVES, 1996, pp. 138-141). A abertura comercial,

em particular, tinha como propósito aumentar a produtividade da estrutura produtiva com o objetivo de expandir as exportações.

Nos anos de 1980, a ideia fundamental para o país mudar a estratégia de crescimento econômico, utilizando a expansão das exportações, está baseada nos efeitos de multiplicação e aceleração que tal abertura engendraria no mercado interno. Ao elevar as exportações do país, haveria um conseqüente aumento da demanda por serviços, gerando mais emprego e renda. Esta, por sua vez, aumenta a busca de insumos domésticos pela indústria que cresce de tal forma a sentir necessidade de elevar as importações de máquinas e equipamentos que os permita gerar inovações tecnológicas capazes de aumentar sua competitividade.

Entretanto, o que se observou foi um crescimento expressivo dos déficits na balança comercial que decorreram tanto da tanto da apreciação da taxa de câmbio quanto da abertura comercial.

As exportações, bastante afetadas pela apreciação do câmbio, apresentam uma mudança significativa na sua composição. Um estudo realizado por Gonçalves (2000) revelou que a participação média das manufaturas recuou de 55,1% em 1990-1994 para 53,1% em 1995-1998, enquanto a participação média dos produtos básicos cresceu de 29,8% para 33,8%. Na avaliação de Gonçalves (2000), constata-se um processo de reprimarização da pauta exportadora na segunda metade dos anos noventa, o qual se configura como uma reversão da tendência de longo prazo de avanço da qualidade tecnológica da pauta exportadora brasileira. O aprofundamento desse duplo movimento de desindustrialização/reprimarização nos anos 2000 confirma a consolidação no Brasil de um duplo processo de reprimarização/desindustrialização na economia brasileira.

### 3.3 Perda de participação da produção industrial brasileira no Produto Interno Bruto (PIB)

O modelo de expansão das exportações foi vigorado na década de 1980, como uma tentativa de dar continuidade ao crescimento industrial brasileiro, agora através do liberalismo econômico. Este, no entanto, atingia as esferas produtiva, tecnológica, financeira e comercial, pela vulnerabilidade externa estrutural, entendida pela dificuldade de o país resistir a pressões e choques externos, e pela dominância financeira ao permitir que o Estado exerça medidas de defesa, consolidação e avanço dos interesses do capital financeiro (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 96).

Para promover essa abertura comercial, foram utilizados dois mecanismos, sendo o primeiro deles, a redução tarifária e o segundo, a eliminação imediata das restrições não tarifárias às importações. Esse estímulo às exportações provocou o efeito inverso, uma vez a redução das barreiras comerciais influenciou no crescimento das importações de forma mais do que proporcional ao aumento das exportações devido à sobrevalorização da moeda brasileira no período.

Diante desse contexto, uma das consequências da abertura comercial brasileira foi a perda de participação da indústria de transformação na estrutura produtiva brasileira a partir da década de noventa. De fato,

“o perfil produtivo do Brasil tem se alterado no sentido de redução do peso da indústria de transformação. Na comparação entre 1970 e 2007, houve declínio de 5,5 pontos percentuais, saindo de 29,2% em 1970 para 23,7% em 2007” (IEDI, 2010).

Um dos fatores determinantes da perda de participação da indústria manufatureira no país diz respeito ao aumento nos preços das commodities exportadas, que estimula a migração dos fatores de produção antes introduzidos nos setores manufaturados para os setores de bens primários. É gerado, assim o aumento da produção dos bens intensivos em recursos naturais e, por sua vez, a apreciação cambial devido ao maior fluxo de divisas promovido pela elevação das exportações dos bens primários, bem como à elevação da renda no setor primário que promove o aumento da demanda interna, elevando por consequência, eleva os preços de produtos não comercializáveis. Toda essa dinâmica proporciona a ampliação dos setores primários e a queda da indústria manufatureira.

Outro fator de expressiva relevância é o investimento, pois ele é o componente capaz de elevar a oferta de produtos manufaturados, provocando um aumento da competitividade da economia. Entretanto, de acordo com informações da Pesquisa Industrial Anual (PIA), entre 1996 e 2006, houve uma considerável redução do número de empresas investidoras na indústria de transformação, enquanto as indústrias extrativas concentram maior investimento.

De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2010), a participação brasileira no valor adicionado (VA) da indústria de transformação mundial teve comportamento inferior ao da indústria como um todo. Embora nos anos 1970 a indústria de transformação brasileira respondesse por 2,5% da adição de valor mundial e nos anos 1980 tal proporção tenha subido para 2,9%, nos anos 1990 essa fatia recuou para 2,5%.

**TABELA 1 - Evolução da Participação do Brasil no Valor Adicionado Mundial Total e por Atividade (%)**

Período	Agropecuária, produção florestal e pesca	Indústria	Indústria de Transformação	Serviços	VA Total
1970	3,1	1,7	1,9	1,2	1,5
1980	3,8	3	3,2	2	2,4
1990	4,1	2,5	2,6	1,9	2,2
2000	4,9	2,4	2,3	1,8	2,1
2007	5,2	2,3	2,2	1,8	2,2

Elaboração própria a partir do National Accounts Main Aggregates Database, da ONU, Divisão de Estatística das Nações Unidas, tabela com dados em US\$ a preços constantes de 1990.

Considerando o grau de industrialização, a participação da indústria de transformação no PIB caiu de 26% em 1979-1980, para 22% em 1989-1990, o que ilustra, como afirma Gonçalves (2013), a reversão do processo secular de industrialização.

**TABELA 2 - Distribuição Percentual do PIB (1929 – 2010)**

Período	Agropecuária	Indústria de transformação	Serviços	Coefficiente de mudança estrutural
1929-1930	35,2	11,6	49,6	12,8
1939-1940	29,5	14,5	51,6	44,6
1949-1950	23,0	19,4	51,8	68,7
1959-1960	17,3	23,2	53,1	49,7
1969-1970	13,9	24,8	53,9	15,5
1979-1980	9,4	25,8	56,0	27,5
1989-1990	10,2	22,2	58,8	21,6
1999-2000	11,7	20,2	59,0	6,2
2009-2010	12,0	17,9	61,1	9,6

Fonte: elaboração de Gonçalves (2013), com dados divulgados pelo IBGE.

Notas: em valores constantes de 1949. O coeficiente de mudança estrutural é definido como a soma das diferenças entre as participações em dois anos delimitadores de décadas consecutivas, elevadas ao quadrado.

Os dados do IEDI também revelaram que, em 1980, o Brasil respondia por 2,7% da produção industrial mundial, ocupando a 7<sup>o</sup> colocação no ranking e liderando os países emergentes. Em 2014, passou para o 11<sup>o</sup> lugar com apenas 1,6% do valor agregado global com clara tendência de declínio. Em 2008, ocupava a 10<sup>a</sup> posição e detinha 1,8% da produção mundial.

Um recente estudo do IEDI (2014) mostrou que a produtividade do trabalho na indústria, que crescera 3,2% ao ano entre 1995-2002, apresentou variação média negativa de 1,7% no período 2003-2009. O recuo da produtividade do setor pode estar associado a atrasos de atualização e consequente envelhecimento do parque fabril brasileiro em alguns segmentos como, possivelmente, os de micro e pequenas empresas, uma decorrência do menor ritmo de evolução dos investimentos nos últimos anos.

Há, nesse sentido, uma clara fragilidade no desenvolvimento da produção industrial brasileira, em muito motivada pelos meios utilizados para financiar o desenvolvimento da indústria manufatureira, como foi o caso do endividamento externo que vulnerabilizou a economia do país. Mas também a própria estrutura interna, fortemente marcada pela produção de recursos naturais, dificulta o crescimento da capacidade de inovação na indústria brasileira.



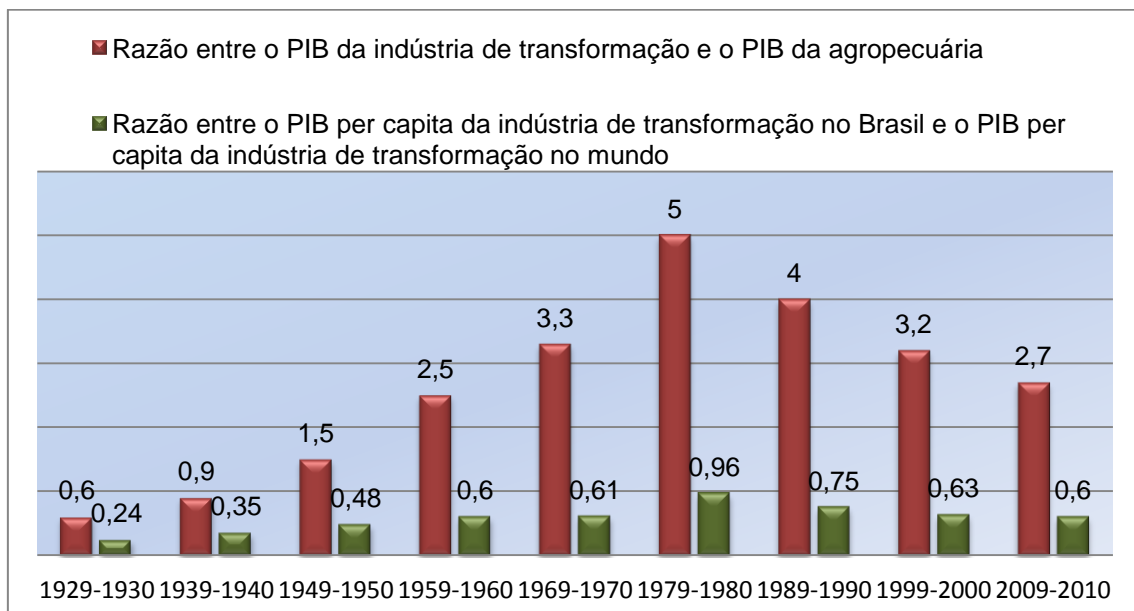
## 4 REGRESSÃO INDUSTRIAL E REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

### 4.1 Desempenho do Setor Exportador

Ao analisar o comportamento da estrutura produtiva de países abundantes em recursos naturais, como o Brasil, é essencial tecer comparações entre a evolução da produção na indústria manufatureira e a da produção do setor primário. Para isso, Gonçalves (2013, p. 82-83) define três indicadores capazes de apresentar a relação existente entre a participação da indústria de transformação e a dos recursos naturais.

O primeiro indicador é a razão entre o PIB da indústria de transformação e do PIB da agropecuária, que se mantém elevado até os anos de 1980, sofrendo a partir daí, um declínio acentuado até 2010. Analisando o PIB *per capita* da indústria de transformação no Brasil e o PIB *per capita* da indústria de transformação no mundo, a tendência se repete comprovando o retrocesso do período estudado.

**GRÁFICO 2: Indicadores de Industrialização (1929-2010)**



Fontes e notas: 1900-1973: Bairoch (1992), Tabelas 10 e 13; 1973-2010: UNCTAD, base de dados, US\$ preços constantes 2005.

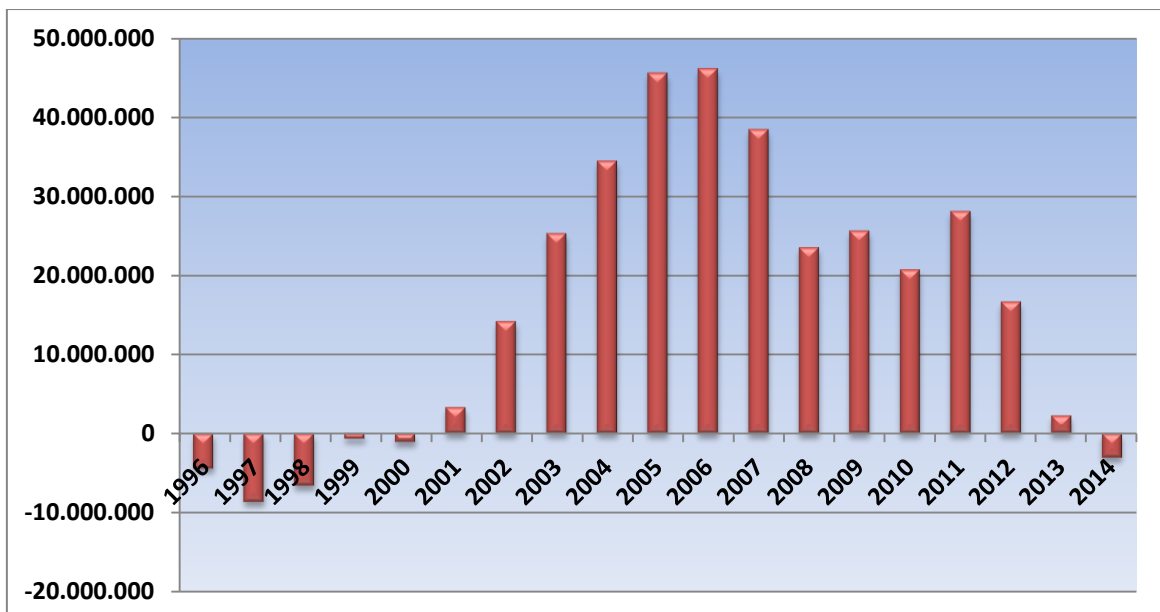
Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/TableViewer/tableView.aspx>.

O último indicador levantado por Gonçalves (2013), o PIB *per capita* da indústria de transformação vem reafirmar a existência de um ciclo de vida da

industrialização brasileira que coincide com as mudanças estruturais do país, onde a sua fase de crescimento ocorreu durante a estratégia de substituição de importações entre 1930 até 1980, quando houve o declínio iniciado no período de crise, instabilidade e transição até o modelo de liberalização das exportações.

Esse comportamento variado se estende para a balança comercial brasileira, onde se observa um déficit entre os anos de 1996 e 2000, se recuperando com um superávit a partir de 2001 que se estendeu até 2008, alcançando o máximo de US\$ 46,1 milhões. Houve, no entanto, uma desaceleração do crescimento que resultou em novo déficit no ano de 2014.

**GRÁFICO 3: Saldo da balança comercial brasileira em US\$ milhões (1996-2014)**



Fonte: MDIC

Avaliando o comportamento das exportações e das importações entre 1996 e 2014 segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), verifica-se o expressivo crescimento das exportações ao triplicar o seu valor absoluto entre 2000 e 2010. No entanto, o que torna o saldo da balança comercial deficitária é o comportamento das importações no decorrer dos anos. É possível identificar na tabela 3 o crescimento das exportações com maior intensidade entre 2000 e 2006 quando comparado às importações, mas a partir de 2007, essas importações cresceram de forma superior aos valores exportados, resultando em novo déficit na balança comercial brasileira no período de 2014.

Segundo pesquisa realizada pelo MDIC, em fevereiro de 2015 as importações do país representaram US\$ 14,9 bilhões, enquanto as exportações chegaram apenas a US\$ 12 bilhões, sofrendo uma queda de 15,7% em relação ao mesmo período de 2014. Isso representa um déficit na balança comercial brasileira de US\$ 2,84 bilhões, considerado o pior resultado para os meses de fevereiro da série histórica do ministério desde que foi iniciada em 1980.

**Tabela 3: Exportações, importações e saldo da balança comercial brasileira em US\$ milhões (1996 – 2014)**

PERÍODO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
1996	47.958.376.014	52.418.104.293	-4.459.728.279
1997	53.215.000.590	61.876.375.790	-8.661.375.200
1998	50.172.155.231	56.789.516.109	-6.617.360.878
1999	48.517.514.646	49.203.107.341	-685.592.695
2000	56.206.664.154	57.304.006.500	-1.097.342.346
2001	57.720.936.807	54.382.692.716	3.338.244.091
2002	61.273.866.877	47.089.966.526	14.183.900.351
2003	74.201.493.026	48.892.169.213	25.309.323.813
2004	98.325.236.325	63.881.235.120	34.444.001.205
2005	120.358.845.188	74.789.284.412	45.569.560.776
2006	139.504.486.949	93.359.816.249	46.144.670.700
2007	162.942.089.572	124.511.222.870	38.430.866.702
2008	194.447.478.566	170.942.074.469	23.505.404.097
2009	154.517.889.741	128.896.433.997	25.621.455.744
2010	205.824.571.343	185.099.888.641	20.724.682.702
2011	256.965.566.135	228.878.040.641	28.087.525.494
2012	242.404.397.241	225.749.317.266	16.655.079.975
2013	242.093.037.504	239.827.631.852	2.265.405.652
2014	222.778.738.592	225.843.624.385	-3.064.885.793

Fonte: MDIC

Outro ponto a ser analisado corresponde a natureza dessas exportações, uma vez que o seu crescimento está diretamente associado ao aumento da participação dos produtos básicos em relação à dos bens industrializados. Segundo

o MDIC, os produtos básicos, compostos primordialmente por *commodities*, variaram de 19,08% em 2000, aumentando para 28,98% em 2007 e 50,30% do total exportado em 2014. No caso de produtos manufaturados, essa participação decresceu de 61,63% em 2000, para 54,59% em 2007, declinando em 2014 para 34,79%.

O comportamento das importações tem um caráter variado ao comparar os mesmos produtos em igual período. Isso significa que em 2000, a participação das importações brasileiras de bens primários chegou a 14,23%, crescendo em 2007 para 19,53%, declinando para 13,42% em 2014. Para os bens manufaturados, a participação passou de 81,77% em 2000, para 76,02% em 2007, se recuperando em 2014 com 83,43% do total importado.

A partir de 1980, quando a estratégia de abertura comercial foi inserida no Brasil, as exportações foram triplicadas, contudo esse crescimento não foi suficiente para beneficiar a economia brasileira como o esperado. Um dos motivos para este feito se refere à política cambial de sobrevalorização da moeda brasileira que desestimula as exportações dos bens manufaturados da indústria local no mercado externo pela sua elevação nos preços.

Outra razão se refere ao aumento das importações de modo mais do que proporcional ao das vendas externas, devido em grande parte a reduzida diversificação dos bens produzidos pela indústria de transformação, que não contava com uma tecnologia avançada quando comparada a dos bens produzidos no exterior, enfraquecendo a competitividade externa e influenciando no aumento das importações.

Além disso, desde 2000, foi intensificada a participação dos produtos básicos na economia brasileira, enquanto os bens manufaturados apresentaram forte tendência ao declínio, é o que mostra a tabela de percentual das exportações por fator agregado. No decorrer do período, os bens primários cresceram gradativamente desde 2000, quando a sua participação nas exportações representava 19%, chegando em 2007 a 30% e alcançando os 50% das exportações.

Os produtos manufaturados fizeram o caminho inverso nos bens exportados quando em 2000, sua participação caiu de 61% para 54% em 2007, reduzindo ainda mais para 34% em 2014. O declínio dos bens manufaturados aliados ao crescimento dos bens primários comprova a deterioração das exportações na economia brasileira.

**Tabela 4: Exportação segundo fator agregado. Indicadores: 2000 – 2014 (Distribuição percentual)**

Período	Produtos Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
2000	19,08	17,42	61,63
2001	21,45	15,77	58,18
2002	25,5	15,3	56,8
2003	26,6	14,9	56,1
2004	28,2	14,5	55,1
2005	29,0	14,3	54,7
2006	29,3	14,1	54,7
2007	30,1	13,8	54,2
2008	31,9	13,7	52,1
2009	34,7	13,7	49,4
2010	38,5	13,7	45,6
2011	47,80	13,6	36,35
2012	47,49	13,08	36,99
2013	47,65	13,16	36,88
2014	50,30	12,17	34,79

Fonte: MDIC

Entretanto, a política de abertura comercial que tinha a finalidade de dinamizar as exportações, liberalizar os mercados, reduzindo a participação do Estado na economia para diversificar os produtos exportados, elevar a competitividade interna, incentivar o progresso tecnológico, ampliar os setores de serviços, com a criação de emprego e o conseqüente aumento da renda, além de acelerar o desenvolvimento da indústria de transformação, resultou no efeito contrário ao que era esperado.

Essa clara elevação das exportações de produtos básicos e o nítido retrocesso dos bens manufaturados no crescimento brasileiro indica a forte tendência ao processo de reprimarização da economia. O termo reprimarização compreende a especialização da produção de bens primários, reduzindo a participação da indústria manufatureira e assim, desacelerando o processo de desenvolvimento do país.

Isso significa que aquilo que o Brasil tem experimentado no século XXI é exatamente o oposto do que foi defendido durante a década de 1980 com a Teoria da Base Exportadora. Geralmente, a reprimarização ocorre em países subdesenvolvidos

influenciados por suas vantagens comparativas, cujos recursos naturais são abundantes, como é o caso brasileiro.

De acordo com Gonçalves (2010), “há perda relativa da indústria de transformação na geração de renda da economia no passado recente. Este processo está associado ao avanço do Modelo Liberal Periférico no país há duas décadas”. Porém, o economista afirma ser mais adequado utilizar o termo reprimarização à desindustrialização, uma vez que o país passa por um significativo crescimento da agropecuária em comparação à indústria manufatureira.

Desse modo, esperava-se que os países subdesenvolvidos em geral e o Brasil, em particular, seguisse o caminho trilhado pelos países desenvolvidos. Para Furtado (1980), países em desenvolvimento deveriam absorver o modelo de adoção de novas tecnologias definido pelos países desenvolvidos, transformando o seu padrão de consumo a ponto de resultar na geração de novos bens e serviços.

De modo geral, para que um país seja competitivo no comércio internacional, é necessário desenvolver o progresso tecnológico, intensificado pela participação da indústria no seu crescimento. O que tem ocorrido desde 1980, no entanto, parte do aumento dos preços para os bens primários que geram sucessiva elevação de competitividade, provocando superávits no setor exportador das *commodities* ao ponto de equilibrar os déficits comerciais.

Em termos de balança comercial brasileira, as exportações dos produtos típicos da indústria de transformação responderam por 57,8% da pauta total. O ano de 1993 foi o mais representativo em termos de exportações, respondendo por 83,6% do total, declinando para 78,4% em 2004. A causa do superávit comercial em 2011 é devido ao superávit dos setores agropecuários e de extração mineral de U\$ 78,5 bilhões contra o déficit de US\$ 48,7% bilhões da indústria de transformação (IEDI, 2012, n. 503).

Para os pesquisadores do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a reprimarização das exportações brasileiras reflete a perda de competitividade de todos os outros setores no comércio industrial. Uma das razões para essa reprimarização acontece devido ao processo de maior dependência tecnológica do país, comprovado por meio da relação entre as despesas com as importações de bens e serviços intensivos em tecnologia e os gastos com ciência e tecnologia no país. De acordo com os dados do PROTEC (2011), tal relação que cresceu de 2,3% em 2005 para 3,7% em 2010, demonstrou uma clara tendência ao

crescimento da dependência tecnológica que, por consequência, determina a regressão das inovações brasileiras.

Ainda de acordo com o IEDI (2012), segundo o critério da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para os bens da indústria de transformação classificados por intensidade tecnológica, houve intensos déficits para os bens produzidos internamente. No caso dos bens de alta intensidade tecnológica, que correspondem aos setores aeroespaciais, farmacêuticos, de informática e eletrônica, o déficit chegou a US\$ 30 bilhões em 2011, enquanto as exportações tiveram o discreto crescimento de US\$ 9,6 bilhões. Para os bens produzidos por atividade de tecnologia média-alta, definidos pelos veículos automotores, ferroviários e indústria química, por exemplo, o déficit foi ainda maior, chegando a US\$ 52,4 bilhões. No caso da faixa dos bens de construção naval, borracha e de metalúrgica básica que são de média-baixa intensidade tecnológica, o déficit de US\$ 9,3 bilhões foi o menor dentre as faixas estudadas. Já no caso dos bens de baixa intensidade tecnológica, que compreendem os setores de reciclagem, papel, indústria têxtil e alimentos, houve superávit de US\$ 42,9 bilhões, elevando mais uma vez a participação dos bens primários.

No que diz respeito à participação das empresas investidoras no país, a proporção é declinante entre os setores. O que se verifica é um aumento dos investimentos em menos setores. “Em 2006, por exemplo, os 5 setores que apresentaram taxa de investimento acima da média da indústria foram: Extração de minerais não metálicos (41,3%), Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (22,8%), Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool (18,4%), Fabricação de artigos de borracha e plástico (13,6%) e Fabricação de produtos alimentícios e bebidas (13,4%). Com exceção de Borracha e plástico, todos são ligados a commodities” (IEDI, 2008).

Vale destacar que o ciclo de alta das commodities na última década foi determinante para fomentar um aumento da participação dos bens primários na pauta exportadora.

## 4.2 Comportamento dos preços e reprimarização

Diante das exposições acima, é importante acrescentar a evolução dos preços internacionais das commodities a esta análise do desempenho da indústria manufatureira em relação aos bens primários, já que o seu comportamento teve impacto direto na economia de diversos países, onde o crescimento da demanda por produtos agrícolas estimulou o também crescimento da sua produção.

Ao analisar o período de 1980 e 1998, onde foi iniciado o processo de adoção da estratégia de expansão das exportações para estimular o desenvolvimento da indústria de transformação, verifica-se o crescimento das manufaturas no mercado externo, e a conseqüente perda de participação dos bens primários, como afirma Prates (2007):

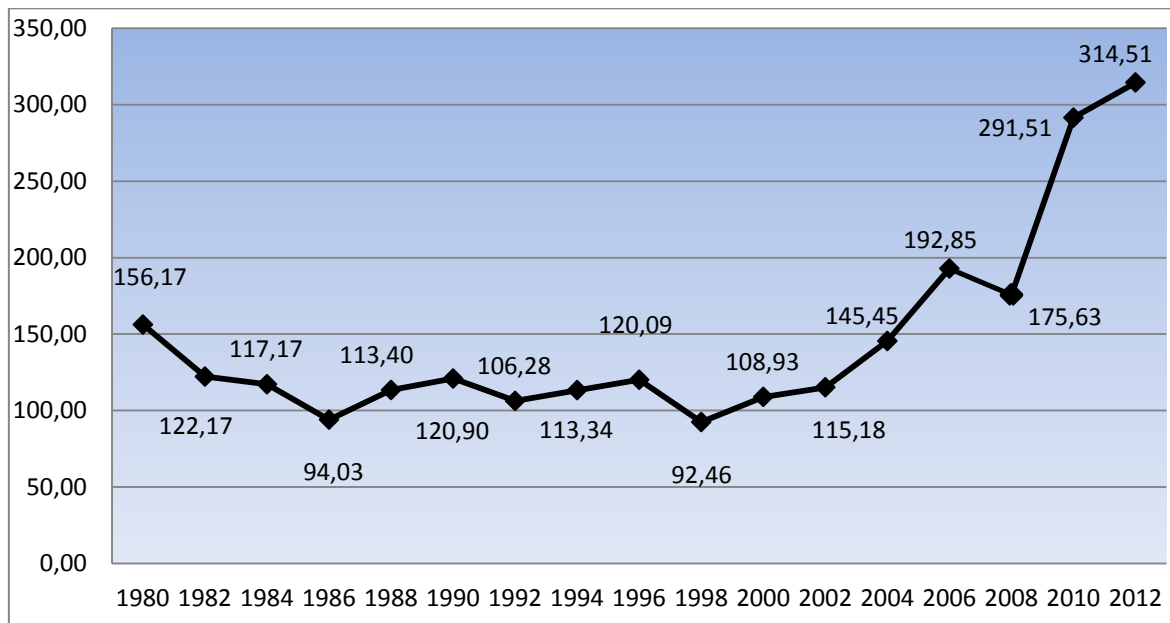
“Enquanto a taxa média de crescimento do comércio mundial no período considerado foi de 8% a.a., a maioria das commodities primárias (ao lado de algumas manufaturas de baixa intensidade tecnológica) teve taxas de crescimento negativas, apresentando, assim, baixo dinamismo no comércio mundial no período 1980-98. As maiores taxas de crescimento (acima da média mundial) foram registradas, exatamente, pelas manufaturas com média e alta intensidades de trabalho qualificado e tecnologia, o que resultou no aumento das suas participações no total das exportações mundiais” (PRATES, 2007, p. 326).

Um dos motivos para a fragilidade dos preços das commodities em relação às mudanças no mercado, conforme afirma Prebisch (1949), se refere a sua própria estrutura de produção, ou seja, enquanto estas são tomadoras de preços e estes diminuem com o aumento da produtividade, os produtos da indústria de transformação tem a capacidade de formar seus preços e o aumento da produtividade nesse setor elevam os preços dos manufaturados.

Confirmando tais afirmações, ao analisar a trajetória percorrida pelos preços das *commodities* de 1980 a 2000, verifica-se que durante os primeiros vinte anos, não houve alterações significativas.



**GRÁFICO 4: Índices de Preços Internacionais das Commodities - Geral (1980 - 2012)**



Fonte: IPEADATA

No entanto, os anos seguintes foram marcados por gradativos aumentos resultantes de uma combinação de fatores, dentre os quais Prates (2007) destaca a desvalorização do dólar, estimulando o crescimento da demanda por commodities agrícolas para exportação, mas também como reserva de valor para os investidores. Também contribuíram para esse comportamento dos preços a reduzida taxa de juros que elevou as aplicações especulativas nos fundos de commodities. Ainda segundo Prates (2007), o chamado efeito-China teve impacto direto no aumento dos preços das commodities, isso graças ao acelerado crescimento econômico e populacional que provocou o aumento da demanda por commodities agrícolas e assim, das importações de tais bens.

O fato é que, no Brasil, essa elevação dos preços pode ter implicado no aumento das exportações de produtos primários, pois o seu saldo comercial permanece dependente de uma estrutura produtiva baseada na pauta exportadora de bens intensivos em recursos naturais, enquanto há sucessivos aumentos das importações de manufaturados. O que não se pode afirmar é se essa tendência a reprimarização das exportações é resultado exclusivo do comportamento dos preços na última década, uma vez que já havia dependência de bens primários nas exportações brasileiras como método de sustentar as importações de bens dotados de maior tecnologia e evitar maiores déficits nas transações correntes, mas manter

essa dependência pode levar o país a atingir taxas de crescimento cada vez mais baixas.

#### 4.3 Os impactos da desindustrialização na taxa de emprego

Como foi retratado nos capítulos anteriores, segundo a Teoria da Base Exportadora, no momento em que determinado país aloca sua produção de bens primários destinados ao mercado externo em produção industrial, ele passa a desenvolver a indústria local a fim de que seja possível expandir as exportações, promovendo intensas inovações tecnológicas, uma vez que o país começa a produzir aquilo que antes importava e, para atender esta nova demanda externa, a mão-de-obra, antes inserida na produção de bens primários, tende a migrar para estas indústrias manufatureiras, onde a produtividade alcança patamares mais elevados que, por consequência reflete positivamente na geração de emprego e renda.

No caso brasileiro, foi exatamente o que aconteceu durante o período em que foi usada a estratégia de substituição de importações, como afirma Mattoso:

“Ao longo do século XX, e sobretudo no período após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, o país havia se transformado em uma economia urbana, industrial e com elevada geração de empregos formais”. (MATTOSO, 2000, p. 9, grifo nosso).

Isso é resultado, em grande parte, do desenvolvimento em massa da produção originado nos Estados Unidos no pós-guerra que influenciou diversos países, inclusive o Brasil a ampliar sua estrutura produtiva com o auxílio de investimentos externos, gerando a elevação do emprego o que impactou positivamente na participação dos manufaturados nas exportações, devido ao crescimento e desenvolvimento da indústria e, portanto da sua economia.

No entanto, foi a partir da década de 1980, com a crise da dívida externa, que a produção industrial brasileira perdeu participação. Uma vez que a concentração do capital externo se intensificou na busca de indústrias avançadas em inovação tecnológica, os manufaturados brasileiros que não eram suficientemente desenvolvidos para competir com os produtos externos, se tornaram vulneráveis estruturalmente dificultando a absorção do progresso tecnológico.

“Ao final da década de 80, apesar do movimento de agravamento das condições gerais do mercado de trabalho, as taxas de desemprego alcançavam níveis ainda relativamente baixos. O desempenho geral do mercado de trabalho foi favorecido pela própria preservação da estrutura industrial, pelo crescimento mais lento da população residente nos centros urbanos e pelo aumento do emprego no setor público” (MATTOSO, 1998, p. 223).

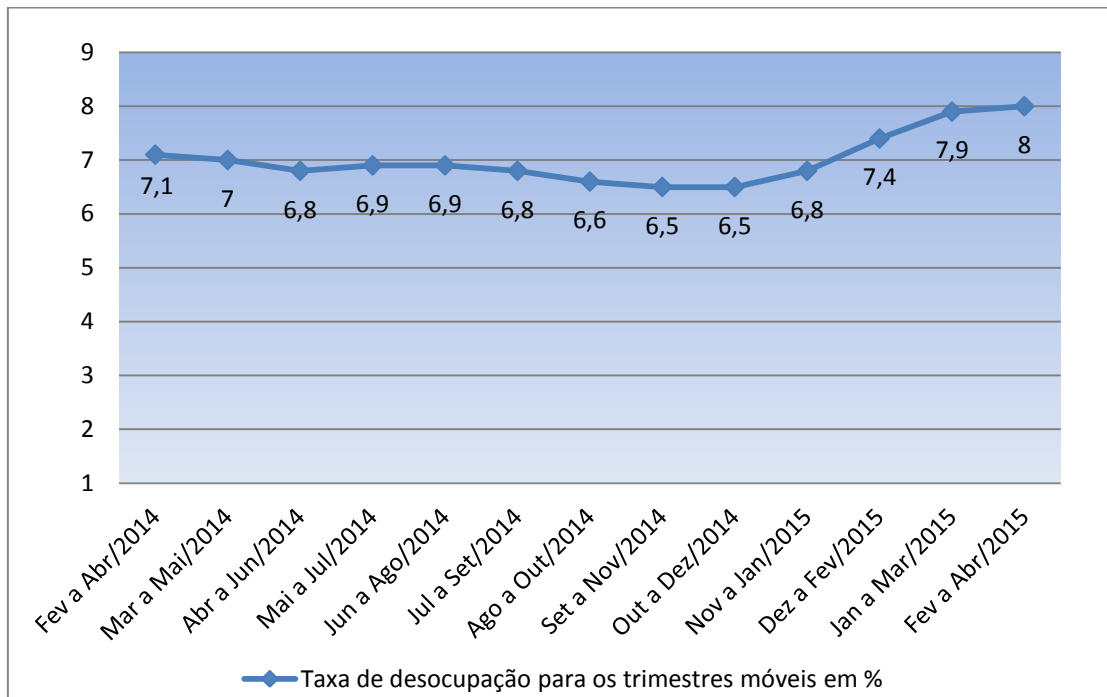
Nesse sentido, Mattoso, identificou que, embora houvessem muitas dificuldades direcionadas ao crescimento da economia, a redução da taxa de desemprego foi mantida até o final do período em muito, graças aos empregos gerados no setor de serviços. Este cenário, porém, não teve continuidade. Na década de 1990, a abertura comercial consolidada, inicialmente como uma estratégia de dinamizar a economia e a indústria de transformação a ponto de elevar sua capacidade competitiva e expandir sua participação nas exportações para retomar o ritmo de crescimento econômico, sofreu o efeito contrário.

Uma vez que os investimentos estrangeiros já não eram tão presentes nos produtos industrializados e estes não possuíam elevada competitividade, com a abertura do mercado, as importações cresceram de modo mais do que proporcional às exportações da indústria de transformação, gerando assim sucessivos déficits no balanço de pagamentos. A permanência da taxa elevada de juros, apesar de atrair capital especulativo, desestimulou a volta efetiva dos investimentos e assim, o país recuou na exportação de bens manufaturados.

Como estes são responsáveis por possuir maior valor agregado, caiu o ritmo de crescimento dos manufaturados e do mercado de trabalho, afetando diretamente a renda dos brasileiros, como afirma a Organização Internacional do Trabalho em estudo realizado em janeiro de 2015:

"Pela primeira vez desde 2002, o crescimento do PIB na América Latina em 2014 (e 2015) deverá ser inferior ao das economias avançadas. O desemprego voltou a crescer em toda a região, em particular nos países mais dependentes das exportações de matérias-primas".

Este é exatamente o caso do Brasil, composta de uma economia industrial desestruturada e ainda dependente da produção de commodities para permanecer ativa no mercado externo.

**GRÁFICO 5: Taxa de desocupação para os trimestres móveis em %**

Segundo dados do IBGE, a taxa de desemprego no Brasil aumentou para 8% no trimestre encerrado em abril de 2015. Assim, para fomentar os níveis de crescimento econômico no longo prazo, é necessário retomar o desenvolvimento da indústria de transformação brasileira a fim de dinamizar a indústria, ampliar os níveis de competitividade no mercado externo para expandir o nível de exportações dos produtos manufaturados, onde se concentra maior valor agregado e promover o aumento do emprego no país, afetado por esta redução da produção industrial.

## 5 METODOLOGIA

Para analisar o comportamento da indústria brasileira no que tange a Teoria da Base Exportadora, foi considerada a definição exposta por ela de que é a partir da expansão das exportações que o país alcança elevados níveis de crescimento econômico. Foram utilizados argumentos de origem teórica para identificar os efeitos causados por este conceito de desenvolvimento na economia de um país, explicitando através de testes matemáticos a importância da diversificação na pauta exportadora para o aumento da sua participação no mercado externo.

Em seguida, será realizada uma exposição documental, onde será apresentada a trajetória do Brasil na busca pelo desenvolvimento da indústria manufatureira, demonstrando as estratégias de crescimento econômico e os fatores internos e externos que resultaram a sua perda de participação. Por fim, com base em dados de pesquisas realizadas em sites oficiais como o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), entre outros, foi analisado o saldo da balança de pagamentos do país e sua influência direta em outros setores como o nível de emprego, cada vez menor, e renda, bem como a elevação dos preços das commodities agrícolas que contribuem para fortalecer a tendência a reprimarização das exportações.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado nas sessões anteriores, foi verificado que, ao contrário do que ocorreu em outros países que se desenvolveram economicamente, o conceito de Base Exportadora não se aplica ao desenvolvimento econômico do Brasil. Na primeira estratégia usada para alcançar o crescimento com a substituição de exportações, enquanto ocorria o fortalecimento da participação da indústria local e o conseqüente aumento da taxa de emprego no país, o endividamento externo necessário para financiar o aumento da produção industrial crescia a proporções cada vez maiores. Como no país não havia investimentos suficientes para suprir a demanda interna de produtos industriais e o protecionismo provocava a redução da competitividade externa, encarecendo os preços dos bens produzidos pela indústria local, o crescimento da indústria de transformação desacelerou.

Para retomar o dinamismo do mercado, a partir de 1980, foi iniciado o processo de abertura comercial, reduzindo as tarifas cobradas pelas exportações e eliminando o protecionismo na importação a fim de que os efeitos gerados por esta liberalização comercial elevassem a produtividade da economia. Embora tenha desencadeado o aumento das exportações e o superávit da balança comercial brasileira até meados da década de 1990, as vulnerabilidades externas dessa estratégia de crescimento econômico resultaram na perda de participação da indústria manufatureira no PIB no Brasil, que passava de 18% em 2002, caindo para 16% em 2010 (IEDI, 2011).

Assim, a instabilidade do processo foi agravada com a redução das restrições comerciais que estimularam as importações dos produtos industriais, de maior valor agregado, restando apenas as exportações das commodities para equilibrar os saldos da balança comercial.

Diante desse cenário, o presente estudo mostra que as tentativas de fortalecimento das exportações dos bens manufaturados não foram eficientes em muito devido a reduzida competitividade e diversificação desses produtos em relação aos produzidos por outros países, reafirmando a fragilidade da produção industrial brasileira que retrocedeu perdendo participação e gerando o aumento da taxa de desemprego na indústria agravada pela alta dos preços das *commodities* agrícolas que contribuiu para o crescimento da sua produção e o aumento das

exportações dos bens primários, consolidando a ideia de que a economia brasileira está sofrendo uma clara tendência à reprimarização das exportações, fortalecendo a dependência de bens primários no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **A Economia Brasileira de 1930-1964**. Texto para discussão, n. 585.

BONELLI, Regis; GONÇALVES, Robson R. **Para onde vai a estrutura industrial brasileira?** Texto Discussão, n. 540, 1998.

GONÇALVES, R. Reprimarização faz economia brasileira retroceder. **Revista Instituto Humanista Unisinos (IHU)**, 09 ago. 2010. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3405&secao=338](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3405&secao=338)>.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às Avesas: Verdade, má fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2013.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Indústria e Desenvolvimento**. Texto para Discussão, n. 403, 2010.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **O Déficit nos bens da Indústria de Transformação**. Texto para Discussão, n. 503, 2012.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2513:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2513:catid=28&Itemid=23)>

IPEADATA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br.htm>>. Acesso em: várias datas.

LACERDA, Antonio Corrêa de; BOCCHI, João Ildebrando; REGO, José Márcio; BORGES, Maria Angélica; MARQUES, Rosa Maria. **Economia Brasileira**. 5ª ed. São Paulo, 2014.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**, São Paulo, 2000, p. 47.

MATTOSO, Jorge, POCHMANN, Marcio. **Mudanças estruturais e trabalho no Brasil** Economia e Sociedade, Campinas, 1998, p. 213-43.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>.

MOREIRA, Carlos Américo Leite; FORTI SHERER, André Luis. **Mercados emergentes e novas formas de dependência na América Latina**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 30, nº1, 2002.

NORTH, Douglass C. **Location Theory an region economic growth**. *Journal of Political Economy*, 63 (3): 243-58, jun. 1955, com permissão de The University of Chicago Press.



NORTH, Douglass C. **Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977, p. 291-313.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem Aparecida. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.

PRATES, Daniela Magalhães. **A alta recente dos preços das commodities**. Revista de Economia Política, v.27, n.3, p. 323-344, jul./set. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572007000300001&script = sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572007000300001&script=sci_arttext)>.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. 9ª ed. São Paulo, 2002, p.169.

SCHWARTZMAN, J. **A teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional**. In: HADDAD, P. R. Desequilíbrios regionais e descentralização industrial. Rio de Janeiro, IPEA, 1975, p. 34-97.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 3ª ed. São Paulo, 1997, p. 351-365.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Conceito e Aplicação da Teoria da Base Econômica**. Perspectiva Econômica, v. 10, n. 25, 1980, p. 117-130.